MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

EDITAL PR/AL Nº 06/2024, DE 07 DE MAIO DE 2024

1º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE 2024 DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES e PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/SANTANA DO IPANEMA PARA A CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições e com fundamento no Regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público da União, aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 378, de 9 de agosto de 2010, e suas alterações, torna público o seguinte:

1. A Comissão Examinadora, apreciando o recurso interposto por candidato contra o gabarito preliminar da prova objetiva, decidiu:

1.1 PROVER os seguintes recursos interpostos:

NÚMERO DO RECURSO	INSCRIÇÃO DO CANDIDATO	QUESTÃO - DISCIPLINA
01/2024	6 – PRM-ARAPIRACA	5 - Direito Penal
02/2024	5 – PR-AL	5 - Direito Processual Civil

2. Como consequência da decisão supra, deliberou a Comissão Examinadora por:

2.1 Anular as questões recorridas.
2.2 Divulgar o gabarito definitivo na forma do ANEXO I.

3. O inteiro teor do julgamento dos recursos poderá ser solicitado pelo e-mail pral-estagio@mpf.mp.br

4. Diante da deliberação acima e de acordo com o disposto no item 5, do Edital PR/AL nº 01, de 18/03/2024, estão convocados para a prova subjetiva (presencial) os candidatos relacionados no ANEXO II deste Edital.

5. **A aplicação da prova subjetiva será realizada no dia 16/05/2024 (quinta-feira), no horário das 14h às 16h30 (horário local)**, no local abaixo:

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471

OPÇÃO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DA PROVA	ENDEREÇO
Procuradoria da República em Alagoas/União dos Palmares (**Maceió**)	**Procuradoria da República em Alagoas/União dos Palmares (Maceió)**	Avenida Juca Sampaio, 1800 Barro Duro - Maceió/AL.
Procuradoria da República no Município de Arapiraca/Santana do Ipanema (**Arapiraca**)	**Procuradoria da República no Município de Arapiraca/Santana do Ipanema**	R. José Jaílson Nunes, nº 390 Santa Edwiges (Caititus), Arapiraca/AL.

5.1 O acesso dos candidatos ao local de realização da prova somente será liberado à partir das 13h (treze horas) até 13h40 (treze horas e quarenta minutos), sendo os portões fechados impreterivelmente às 13h40 (treze horas e quarenta minutos).

5.2 Não será permitido o acesso de candidatos à sala de prova após o horário fixado para o início do certame.

6. O candidato somente poderá realizar a prova na cidade para a qual estiver concorrendo à vaga de estágio.

7. O candidato deverá estar munido de caneta esferográfica azul ou preta e carteira de identidade ou outro documento oficial original que contenha fotografia.

7.1. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteiras de trabalho; carteiras de identidade do trabalhador; carteiras nacional de habilitação em papel e digital.

7.2. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original com foto, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 90 dias. O documento de registro da ocorrência será retido pela equipe de aplicação.

8. A prova subjetiva terá duração de 2h30 (duas horas e trinta minutos) não sendo disponibilizado tempo excedente em nenhuma hipótese, salvo para candidato com deficiência, cujo requerimento tenha sido previamente aprovado pela Comissão organizadora ou autoridade competente.

8.1 O candidato poderá deixar o local de realização da prova subjetiva somente 01 (uma) hora após o início da mesma;

9. Não será permitido ao candidato utilizar nenhum meio de consulta a livros ou apontamentos ou qualquer outro material durante a realização das provas, estando proibido também o uso de celulares e outros aparelhos eletrônicos. O descumprimento de qualquer uma dessas instruções implicará a desclassificação do candidato.

9.1 A Procuradoria da República em Alagoas/União dos Palmares não ficará

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471

responsável pela guarda de quaisquer dos objetos supracitados, nem por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas nem por danos neles causados.

10. O preenchimento da Folha de Resposta da prova discursiva será de inteira responsabilidade do candidato.

10.1 A identificação do candidato na folha de respostas da prova discursiva será efetuada única e exclusivamente pelo número de inscrição, sendo vedada a utilização de qualquer outra forma de identificação, sob pena de desclassificação.

10.2 A Folha de Resposta será o único documento válido para a correção das provas.

11. O presente edital está disponível no endereço eletrônico http://www.mpf.mp.br/al/estagio.

(Assinado eletronicamente)
ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM
Procuradora-chefe da PR/AL

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471

ANEXO I

MPF-PR/AL SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIO DE DIREITO

GABARITO DEFINITIVO

Divulgação: 07/05/2024.
OBS.: Provas aplicadas online em 30/04/2024.
*** A ordem das questões e das alternativas pode diferir da ordem apresentada no sistema moodle.**

LÍNGUA PORTUGUESA

1. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, a pontuação está empregada de maneira incorreta em:

a) Temos visto tantos desentendimentos, incompreensões, projetos pessoais, corrupção e violência.

b) No Brasil, a violência é a principal causa de morte dos jovens. Em 2021, de cada cem jovens que morreram, 49 foram vítimas da violência letal.

c) Em que pese a extrema gravidade do problema que atinge a juventude brasileira, alguns avanços podem ser observados na comparação com o ano anterior.

d) O adoecimento mental é a principal causa de internação dos homens brasileiros entre 15 e 29 anos conforme o relatório. Nos anos estudados as causas deste adoecimento foram esquizofrenia, psicose, uso de múltiplas drogas e uso de álcool.

2. Quanto ao uso da crase, assinale a alternativa incorreta:

a) De acordo com o gráfico, a diferença entre a taxa de homicídios registrados e projetados parece restrita ao nível e não à tendência das séries.

b) Os homens dão mais fé àquilo que não entendem.

c) A valorização do meio ambiente permite aos seus defensores alcançarem os objetivos propostos e se aplica à diversas situações que envolvem o bem-estar da população.

d) Os especialistas chegaram à conclusão de que os governos precisam tomar medidas para prevenir os estragos causados pelos agrotóxicos.

3. Assinale a alternativa correta, de acordo com a norma-padrão de concordância nominal e concordância verbal:

a) Nos últimos anos, constata-se mudanças significativas no modo como os usuários das redes sociais se deixam manipular pelos algoritmos digitais.

b) Atualmente, incorporou-se às estratégias de aumento da produção agrícola o compromisso de conservação ambiental.

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471

d) Retardamos as obrigações à espera de que voltem a motivação e consigamos nos concentrar novamente.

e) Há picos epidêmicos da dengue a cada 4 ou 5 anos. Tratam-se, portanto, de situações de atuação previsível.

4. Assinale a alternativa correta em relação à ortografia e concordância:

a) No texto do relatório, os resultados do projeto são expostos em duas cessões.

b) Foi tomado pelo poder público todas as providências para atender as demandas dos desabrigados.

c) A sessão no tribunal começou muito tarde.

d) Apesar do esforço e da boa-vontade do acessor jurídico, não ficou claro porque perdemos a consessão de uso do prédio pertencente ao Ministério Público.

5. Leia o fragmento abaixo transcrito e responda a questão a seguir:

Amar é um deserto e seus temores
Vida que vai na sela dessas dores
Não sabe voltar, me dá teu calor
Vem me fazer feliz porque eu te amo
Você deságua em mim, e eu, oceano
Me esqueço que amar é quase uma dor.
(Djavan – Oceano – Sony Music - 1989)

Qual a figura de linguagem usada por Djavan no trecho grifado?

a) Metáfora

b) Antítese

c) Gradação (ou Clímax)

d) Analogia

6. Leia o fragmento transcrito da obra *Vidas Secas* e responda a questão a seguir:

Vivia longe dos homens, só se dava bem com animais. Os seus pés duros quebravam espinhos e não sentiam a quentura da terra. Montado confundia-se com o cavalo, grudava-se a ele. E falava uma linguagem cantada, monossilábica e gutural, que o companheiro entendia. A pé, não se aguentava bem. Pendia para um lado, para o outro lado, cambaio, torto e feio.

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471

ANEXO I

> *Às vezes, utilizava nas relações com as pessoas a mesma língua com que se dirigia aos brutos – exclamações, onomatopéias. Na verdade falava pouco. Admira as palavras compridas e difíceis da gente da cidade, tentava reproduzir algumas em vão, mas sabia que elas eram inúteis e talvez perigosas.* (Graciliano Ramos)

O texto, no seu conjunto, enfatiza:

a) A falta de escolaridade da personagem.

b) A animalização da personagem humana.

c) O estado degradante da condição humana.

d) O ambiente seco e retorcido da caatinga.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Concernente ao *habeas corpus*, o *habeas data* e o acesso à informação enquanto direitos fundamentais, assinale a alternativa CORRETA:

a) O *habeas corpus* pode ser impetrado em favor de pessoas jurídicas.

b) O afastamento cautelar de cargo público pode ser passível de impetração de *habeas corpus* em favor do servidor afastado.

c) O âmbito de proteção do *habeas corpus* coincide com o do *habeas data*, aplicando-se o primeiro somente na esfera criminal, enquanto o segundo se aplica apenas na esfera cível.

d) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

2. Sobre a função de fiscalização do Poder Legislativo e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), é CORRETO afirmar que:

a) Decisões da CPI que impliquem na limitação do direito de locomoção de qualquer cidadão são passíveis de *habeas corpus.*

b) A CPI, para obter a quebra de sigilo bancário de investigado, necessita obter autorização do STF.

c) O direito ao silêncio não se aplica aos ouvidos em sede de CPI.

d) A CPI pode decretar a prisão preventiva de investigados, mediante decisão fundamentada da maioria absoluta de seus membros titulares.

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471

ANEXO I

3. Sobre os direitos fundamentais e suas dimensões objetiva e subjetiva, assinale a alternativa CORRETA:

a) Atualmente a doutrina possui entendimento majoritário de que os direitos fundamentais são verticais, de modo que somente são observados nas relações entre os particulares e o Poder Público.

b) A perspectiva dos direitos fundamentais enquanto direitos subjetivos sobrepõe-se absolutamente à visão coletiva dos direitos e garantias; logo, os direitos fundamentais são absolutos.

c) A eficácia horizontal dos direitos fundamentais confere plena aplicabilidade destes direitos nas relações privadas no ordenamento brasileiro, de modo que os converte em diretriz balizante da interpretação e aplicação das normas para em todos os ramos do Direito.

d) A liberdade de expressão é o direito fundamental por excelência, estando, na pirâmide kelseniana, acima da dignidade da pessoa humana.

4. Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Para ajuizar uma ação direta de inconstitucionalidade, o Governador de Estado necessita comprovar pertinência temática.

b) É incabível ação direta de inconstitucionalidade em face de lei ou ato normativo já revogado.

c) Cabe ação direta de constitucionalidade em face de ato normativo que, embora aprovado, ainda não esteja promulgado.

d) A comprovação de que não há outro meio eficaz de sanar a lesividade é requisito legal para o manejo da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

5. Acerca do Ministério Público na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

a) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

b) O Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios se equipara, para todos os fins, aos Ministérios Públicos dos estados.

c) Os membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas não são membros do Ministério Público da União.

d) Ao membro do Ministério Público que ingressou antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 é permitido o exercício da advocacia, caso assim opte por fazê-lo.

6. Sobre os direitos indígenas e sobre o meio ambiente na Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar que:

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471

a) São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo às próprias comunidades autodeclará-las, em procedimento a ser conduzido pela União e Estados, com a participação do Ministério Público Federal em todo o processo administrativo.

b) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei complementar, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

c) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, com prévia autorização do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população.

d) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

DIREITO ADMINISTRATIVOS

1. Sobre IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, assinale a alternativa CORRETA:

a) a Lei de Improbidade Administrativa dá concretude ao artigo 37, “caput” da Constituição Federal que dispõe sobre os princípios administrativos, regulamentando, em especial, o seu parágrafo quarto.

b) A lei 14.230/21 alterou a Lei 8.429/92 (LIA). Segundo o Supremo Tribunal Federal as disposições dessa lei retroagem para alcançar fatos passados, inclusive quanto à prescrição.

c) Segundo o Supremo Tribunal Federal, apenas o Ministério Público pode ajuizar a Ação de Improbidade Administrativa.

d) O agente público, ao tomar posse em cargo público, não precisa apresentar declaração de bens, podendo opor à administração o sigilo fiscal.

2. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O direito administrativo é o ramo do direito público que estuda princípios e regras que regulam o exercício da função administrativa.

b) O direito administrativo está sujeito à legalidade estrita, de modo que ato infralegal não pode criar obrigações não previstas em lei. Por essa razão, os agentes públicos no exercício estrito de seus cargos não devem obediência à Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal quando estas contrariarem texto de lei ou interpretação de lei dada pela administração em atos infralegais.

c) Os costumes são fontes secundárias do direito administrativo.

d) Os precedentes também podem ser fontes do direito administrativo.

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471

ANEXO I

3. Sobre organização administrativa, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A União é entidade da administração pública direta, sendo pessoa jurídica de natureza dúplice: ao mesmo tempo que se qualifica como pessoa jurídica de direito público interno, se qualifica como pessoa jurídica de direito internacional público.

b) Na administração indireta existem pessoas jurídicas estatais de direito público a exemplo das autarquias, agências, fundações públicas e associações públicas.

c) As empresas públicas compõem a administração pública indireta e sua personalidade jurídica é de direito público.

d) As pessoas jurídicas de direito público da Administração Indireta são instituídas por lei.

4. Sobre o regime jurídico dos servidores públicos assinale a alternativa certa:

a) Servidor público e empregado público estão sujeitos ao mesmo regime jurídico, diferenciando-se, apenas, quanto à pessoa jurídica a qual estão ligados.

b) Servidor Público é a pessoa legalmente investida em cargo público.

c) O estrangeiro pode ser servidor público segundo os requisitos para investidura previstos na Lei 8.112/90.

d) A contratação é forma de provimento de cargo público.

5. Sobre os ATOS ADMINISTRATIVOS:

a) Ato administrativo é espécie de ato jurídico e deste não se diferencia.

b) São atributos dos atos administrativos exclusivamente a exigibilidade e a autoexecutoriedade.

c) Uma vez que os atos administrativos podem ser anulados, inclusive por força de decisão judicial, eles não possuem presunção de legalidade.

d) Atos inexistentes são inválidos e não produzem efeitos.

6. Sobre o procedimento judicial para a aplicação das sanções previstas na lei de improbidade, assinale a alternativa ERRADA:

a) Recebida a inicial, o juiz determinará a notificação dos requeridos para apresentarem defesa preliminar.

b) Com a mudança na lei de improbidade administrativa trazida pela Lei 14.230/2021, uma vez recebida a inicial, o juiz determinará a citação dos requeridos para contestarem a ação.

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471

c) A ação de improbidade deve ser ajuizada no local onde ocorrer o dano ou no local de sede da pessoa jurídica prejudicada.

d) A petição inicial deverá individualizar a conduta dos requeridos e apontar os elementos probatórios que demonstrem a ocorrência de ato de improbidade, salvo impossibilidade devidamente fundamentada.

DIREITO CIVIL

1. Assinale a alternativa CORRETA:

a) A expressão latina "*vacatio legis*", ou período de vacância, designa o intervalo temporal entre a publicação de uma lei e a sua entrada em vigor.

b) Não existe revogação tácita em matéria de Direito Civil.

c) Chama-se ato jurídico perfeito aquele quanto ao qual não caiba mais recurso.

d) O costume contrário à lei (*contra legem*) é reconhecido pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro como forma integrativa do direito.

2. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil, adquirindo personalidade a partir da expedição da certidão de nascimento, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

b) A emancipação é ato jurídico que antecipa os efeitos da aquisição da maioridade civil e da consequente capacidade civil plena.

c) A existência da pessoa natural termina com a morte, que nunca poderá ser presumida, sob pena de violação de direitos fundamentais.

d) A capacidade de direito ou de gozo consiste na capacidade de exercer por si, pessoal e livremente, os atos da vida civil.

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471

ANEXO I

3. Consideradas as assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I) Os bens de uso comum do povo podem ser usucapidos.
II) Os bens, reciprocamente considerados, podem ser divididos em fungíveis, consumíveis e exequíveis.
III) Os direitos de autor podem ser classificados como bens incorpóreos ou imateriais.

a) Apenas uma assertiva está correta.

b) Apenas duas assertivas estão corretas.

c) As três assertivas estão corretas.

d) As três assertivas estão incorretas.

4. Assinale a alternativa CORRETA:

a) A doação pura pode ser classificada como um negócio jurídico oneroso.

b) O termo inicial difere-se da condição suspensiva, pois naquele suspende-se o exercício do direito, mas não a sua aquisição.
c) Na doação não se admite a imposição de condições ou encargos ao donatário.

d) A pressão física ou moral exercida sobre o negociante, visando obrigá-lo a assumir uma obrigação que não lhe interessa, constitui modalidade de vício do consentimento conhecida por dolo.

5. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Pessoa jurídica pode ser considerada consumidora, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

b) Não haverá incidência do CDC sobre a prestação de serviços públicos, nem mesmo quando estes forem remunerados por preço público ou tarifa.

c) O Código de Defesa do Consumidor prevê a responsabilidade solidária para a reparação dos danos previstos nas normas de consumo quando a ofensa tiver mais de um autor.

d) O produto não é considerado defeituoso pelo simples fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Sobre a competência da Justiça Federal, analise as alternativas abaixo e marque a opção correta:

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471

a) A competência da Justiça Federal está restrita aos conflitos entre Estados-membros.

b) A Justiça Federal é competente para processar e julgar causas em que a União seja interessada como autora, ré, assistente ou oponente, exceto as de falência, as de acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

c) A Justiça Federal possui competência exclusiva para julgar causas relacionadas a direitos trabalhistas.

d) Os conflitos de competência entre órgãos do Judiciário estadual não podem ser resolvidos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

2. Sobre o Ministério Público no processo civil, é correto afirmar que:

a) Não pode atuar como fiscal da ordem jurídica, pois sua atuação é restrita ao processo penal.

b) Tem a função de *custos legis*, atuando apenas em casos específicos determinados por lei, sem poder intervir como parte principal.

c) Possui ampla legitimidade para atuar tanto como parte quanto como fiscal da ordem jurídica (custos legis), em defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

d) O Ministério Público pode intervir em qualquer processo civil, independentemente da natureza do interesse em jogo.

3. Tendo em vista a lei da ação civil pública e a sua aplicação sengundo a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

a) Na hipótese de ação civil pública proposta em razão de dano ambiental é possível que a sentença condenatória imponha ao responsável, cumulativamente, as obrigações de recompor o meio ambiente degradado e de pagar quantia em dinheiro a título de compensação por dano moral coletivo.

b) Na hipótese de ação civil pública proposta em razão de dano ambiental a sentença condenatória somente poderá impor a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

c) A sentença civil fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, sendo que nesse último caso caberá exclusivamente ao Ministério Público intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

d) Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, sendo dispensável a remessa dos autos para revisão do órgão superior respectivo.

4. Considerando os capítulos sobre competência do Código de Processo Civil (CPC), assinale a alternativa correta:

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471

a) Salvo em se tratando de competência absoluta, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.

b) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, mesmo se um deles já houver sido sentenciado.

c) O Novo CPC inovou ao dispor que a competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função pode ser derrogada por convenção das partes.

d) Se a União for a demandada, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou no Distrito Federal.

QUESTÃO ANULADA: 5. Assinale a alternativa correta:

a) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz imediatamente extinguirá o processo, se o vício for de responsabilidade do autor; o réu será considerado revel, se o vício lhe for pertinente; o terceiro será considerado revel ou excluído do processo, dependendo do polo em que se encontre.

b) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário.

c) O juiz nomeará curador especial apenas nas seguintes hipóteses: para ao incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele ou para o réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.

d) Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu, não sendo a sanção aplicável ao interveniente.

DIREITO PENAL

1. Considere a seguinte situação hipotética: JUAN, cidadão argentino, em voo da empresa AEROLINEAS ARGENTINAS, que saiu de Buenos Aires com destino a Madri, enquanto sobrevoava o Estado de Alagoas, praticou o crime de injúria racial, ofendendo a dignidade de outro passageiro, EZEQUIEL, cidadão espanhol de ascendência senegalesa, em função de sua origem étnica. Nesta situação:

a) Não se aplica a lei penal brasileira porque se tratava de avião privado registrado em outro país, que não tinha o Brasil como origem e nem como destino.

b) Se aplica a lei penal brasileira, porque se trata de crime de racismo, havendo extraterritorialidade da lei penal brasileira em função da natureza do delito.

c) Se aplica a lei penal brasileira porque o avião estava sobrevoando o espaço aéreo brasileiro no momento do fato.

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471

d) Não se aplica a lei penal brasileira, mas se o avião pousar no Brasil e apresentar o autor do fato às autoridades brasileiras, o fato deverá ser julgado pela Justiça Federal, observando-se, no entanto, lei penal estrangeira.

2. JOÃO, cidadão português, funcionário da NORWEGIAN CRUISE AND RESORT, de bandeira norueguesa, a bordo de embarcação dessa empresa, que estava atracada na cidade de Maceió, comete o delito de estupro em face de NORA, turista proveniente dos Estados Unidos da América. Neste caso:

a) Não se aplica a lei brasileira porque o navio era de bandeira norueguesa, aplicando-se a lei desse país.

b) Se aplica a lei penal brasileira, competindo à Justiça Estadual de Alagoas conhecer da ação penal.

c) Se aplica a lei brasileira e competirá à Justiça Federal conhecer da ação penal.

d) Competirá à Justiça Federal conhecer da ação, mas deverá o Juiz Federal aplicar a lei norueguesa ao julgar o caso.

3. CAIO, despachante, ajuda TÍCIO, desempregado, a conseguir benefício previdenciário indevido junto ao INSS, utilizando meio fraudulento. Após o deferimento indevido do benefício, TÍCIO, ciente da fraude, passa a sacar todos os meses o valor de um salário-mínimo, o que faz durante doze meses. Nesta situação:

a) Trata-se de crime instantâneo, cujos efeitos são permanentes para ambos os autores.

b) Trata-se de crime instantâneos de efeitos permanentes em relação a CAIO e crime permanente em relação a TÍCIO, renovando-se a conduta, para este último, a cada saque indevido.

c) Trata-se de crime permanente para CAIO e TÍCIO.

d) Trata-se de crime permanente para CAIO e fato atípico para TÍCIO, já que este não praticou nenhuma das condutas previstas no tipo.

4. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) É imprescindível lei anterior que tipifique como crime determinado fato para que ele assim se qualifique.

b) Lugar do crime é onde foi praticada a ação ou a omissão exigidas pelo tipo, ou onde se produziu ou deveria se produzir o resultado.

c) O crime se considera tentado quando a execução tiver se iniciado, mas o resultado apenas não acontece por circunstância alheia à vontade do autor.

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471

d) Fica isento de pena o agente que repara o dano antes do recebimento da denúncia ou da queixa, desde que o crime não tenha sido cometido com violência ou grave ameaça.

QUESTÃO ANULADA: 5. Sobre crimes ambientais:

a) Pessoa jurídica pode ser apontada como autor desse tipo de delito.

b) O crime do artigo 56 da Lei 9.605/98 (Art. 56. Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos) é de perigo concreto.

c) O crime de causar poluição admite a forma culposa.

d) Tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana, qualifica o crime de poluição.

6. Assinale a alternativa ERRADA.

a) As penas podem ser privativas de liberdade, restritiva de direitos ou multa.

b) Não é possível converter pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos.

c) O preso conserva intactos todos os seus direitos não atingidos pela perda liberdade, impondo-se às autoridades o respeito à sua integridade física e moral.

d) Prestação pecuniária é espécie de pena restritiva de direitos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Assinale a alternativa que NÃO descreve uma prescrição legal acerca da prisão:

a) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

b) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

c) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre não precisa ser comunicada de imediato ao Ministério Público, que dela tomará conhecimento quando do encerramento da investigação policial.

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471

d) A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial.

2. Marque a opção CORRETA a respeito da Lei dos Juizados Especiais Criminais:

a) Nos crimes processados segundo a Lei dos Juizados Especiais Criminais, não se admite, em hipótese alguma, o oferecimento de denúncia oral.

b) O relatório é um capítulo indispensável das sentenças que julgam processos afetos aos juizados especiais criminais.

c) O rito sumário, adotado no âmbito dos juizados especiais, não se aplica no âmbito da Justiça Federal.

d) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime.

3. O MPF denunciou Gileno Cavalcanti pela prática dos crimes de redução a condição análoga à de escravo (art. 149 do Código Penal) e de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional (art. 207 do Código Penal). Ao final do processo, o juiz federal condenou Gileno pela prática do delito previsto no art. 149 do CP, mas nada falou na sentença acerca da acusação pela infração penal tipificada no art. 207 do CP. Levando em consideração a disciplina legal aplicável aos recursos no processo penal, assinale a alternativa CORRETA:

a) Diante do silêncio da sentença, deve-se presumir que Gileno Cavalcanti foi absolvido da prática do crime descrito no art. 207 do CP.

b) Tendo em vista a existência de omissão na sentença, o membro do MPF deverá apresentar embargos de declaração, a serem apreciados pelo juiz sentenciante.

c) A decisão que não apreciou a acusação da prática do crime do art. 207 do CP deve ser entendida como não recebimento da denúncia e, portanto, combatida mediante recurso em sentido estrito.

d) Para fazer valer seu direito acusatório acerca do crime do art. 207 do CP, o membro do Ministério Público Federal deverá impetrar *habeas corpus* no Tribunal Regional Federal.

4. Aponte a assertiva INCORRETA sobre os princípios que informam o processo penal:

a) Decorre do princípio da presunção de inocência o brocardo *in dubio pro reo,* segundo o qual, em caso de existência de dúvidas, a decisão deve favorecer o acusado.

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471

b) O princípio do *nemo tenetur se detegere* preconiza que ninguém pode ser obrigado a produzir prova contra si mesmo.

c) Aos acusados em geral, a Constituição da República assegura a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

d) O contraditório sobre a prova, também chamado de contraditório diferido, caracteriza-se quando a prova é produzida sem a participação das partes, as quais se manifestam sobre seu conteúdo em momento posterior, e, por isso, não é admissível no processo penal.

5. Assinale a assertiva INCORRETA sobre o processo comum:

a) Ainda que os fatos narrados na denúncia evidentemente não constituam crime, o juiz é obrigado a processar o caso até o final, oportunizando às partes a produção de provas para só ao final absolver o denunciado na sentença.

b) Na resposta à acusação, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.

c) Na instrução criminal do processo sob o rito ordinário, poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa.

d) A ordem dos atos a serem realizados na audiência de instrução e julgamento é a seguinte: tomada de declarações do ofendido, inquirição das testemunhas arroladas pela acusação, depoimento das testemunhas arroladas pela defesa e, por último, o interrogatório do réu.

6. No dia 31 de outubro de 2023, um caminhão foi visto despejando rejeito de cana-de-açúcar num rio federal, o que acarretou a mortandade de peixes no corpo hídrico e configurou, em tese, o crime de poluição, tipificado no art. 54 da Lei nº 9.605/98 (Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa). Ao tomar conhecimento do fato, o membro do MPF requisitou a instauração de inquérito policial à Polícia Federal, salientando a necessidade de realização de perícia na água e de diligências para identificar o dono do caminhão. Apesar do regular andamento da investigação, em 1º de abril de 2024, Justiniano da Silva protocolou uma representação no MPF demandando o imediato oferecimento de denúncia, sob o argumento da desnecessidade de perícia – já que a mortandade de peixes, a seu juízo, era prova cabal da poluição do rio – e de que todos os moradores da região sabiam que o caminhão visto em outubro/2023 pertencia a Felício Malta, sendo desnecessária, na sua opinião, a finalização do inquérito policial. Como o membro do MPF não ofereceu denúncia, no dia 16 de abril de 2024, Justiniano da Silva ajuizou uma ação penal privada subsidiária da pública em face de Felício Malta, com fundamento nos arts. 29 e 46 do CPP (Art. 29. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal. // Art. 46. O prazo para ofe-

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471

recimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado. No último caso, se houver devolução do inquérito à autoridade policial (art. 16), contar-se-á o prazo da data em que o órgão do Ministério Público receber novamente os autos.).
Assinale a alternativa CORRETA sobre o caso retratado:

a) Diante do oferecimento de ação penal privada subsidiária da pública, o MPF não mais poderá atuar no caso e deverá promover o arquivamento do inquérito policial.

b) A queixa-crime deverá ser rejeitada, pois não se pode falar que o MPF deixou de oferecer a denúncia no prazo legal, já que o inquérito policial sequer foi encerrado com o relatório do Delegado Federal, e não cabe a quem não é o titular originário da ação penal decidir sobre a necessidade ou não da investigação.

c) Considerando que o meio ambiente é um bem jurídico de titularidade difusa, qualquer do povo pode ser considerado ofendido e, nessa condição, tem o direito de avaliar acerca da necessidade ou não de inquérito policial e propor ação penal.

d) O oferecimento de queixa-crime não é ato privativo de advogado.

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

Comissão Organizadora do Processo Seletivo para Estagiário

PROCESSO SELETIVO 2024
ESTAGIÁRIO - DIREITO

ANEXO II

CONVOCADOS PARA PROVA SUBJETIVA EM MACEIÓ

NOME	Portador de Necessidades Especiais	Declarou pertencer a Minoria Étnico Racial
ALAIR BERDINE COSTA DIOGENES		
ALEX KLINGER SAMPAIO DE ARAÚJO		Candidatos negros
ALICE CHAYANE ALCENO DOS SANTOS		Candidatos negros
ALICE VITORIA VANDERLEI DE OLIVEIRA		
ALÍCIA JÚLIA CORREIA DA COSTA		
ANA ALICE BATISTA DA SILVA		
ANA CAROLINA LOIOLA DE LUCENA		
ANA CLARA SILVA		
ANA LETÍCIA DOS SANTOS ARAÚJO		
ANA LETÍCIA ZACHARIAS SILVA		
ANA LUIZA DE MELO MENEZES		
ANA VICTÓRIA SANTOS SOUZA		
ANE CAROLINE DE ALMEIDA NASCIMENTO		
ANNA LÍDIA MARQUES DE MORAIS		
ANTÔNIO VICTOR DE LIMA UMBELINO		
BEATRIZ JÚLIO GOMES DE SÁ		
BEATRIZ MOURA MAIA		
BEATRIZ PIRES BARBOSA		Candidatos negros
BRUNA JARDIM CANSANÇÃO DE OLIVEIRA		
BRUNA LETÍCIA DUQUE OLIVEIRA		
BRUNO ELOI BALBINO		
CARLOS AUGUSTO BARROS SOARES		
CAUÃ TELLES SOARES		
CECILIA ISADORA GOMES DA SILVA		Candidatos negros
CINTHYA SERFIZIA PRAXEDES DE SOUZA		
CLARICE ROCHA LOUREIRO ARECIPPO		
DANIELLY BISPO DOS SANTOS		
DIEGO ESTEVÃO DA COSTA		
EDUARDO LARANJEIRA LEAHY		
EDUARDO SANTOS DE ALMEIDA SILVA		Candidatos negros
EDUARDO SOARES DOS SANTOS		Candidatos negros
ELYSSON BANDEIRA DE ANDRADE FILHO		
FELIPE DA CRUZ ROCHA		Candidatos negros
GABRIEL ARAGÃO ALVES		
GIOVANA CAVALCANTE DE JESUS		
GIOVANNA ALVES SABINO		
GIOVANNA ARAÚJO BATISTA		
GIOVANNA DOS SANTOS VIEIRA		
GUSTAVO DE ALBUQUERQUE CALHEIROS FILHO		
GUSTAVO HENRIQUE BRANDÃO BALBINO LÔBO		
ISABELA RODRIGUES LINS		Candidatos negros
JOÃO PEDRO TEIXEIRA NASCIMENTO		
JOSE HUGO PONTES DE OLIVEIRA		
JOSÉ ISRAEL DE ALMEIDA VIANA NETO		
JÚLIO DE SOUZA SALES SILVA		
KAREN SAMYLLE CALADO DE MELO MARQUES		
KAUÊ ARTHUR BUARQUE DOS ANJOS		
KÉREN HAPUQUE DOS SANTOS ALMEIDA		Candidatos negros
LAVÍNIA WALESCA SANTOS TORQUATO		
LEONARDO HENRIQUE JATOBA BARROS		
LETÍCIA MARIANA GERÔNIMO FRAGOSO		
LORENA MORAIS VERÇOSA DOS SANTOS		
LOURDES VITÓRIA DA SILVA OLIVEIRA		
LUANA CANDEIA LINS DOS SANTOS		
LUCAS FLÁVIO MONTEIRO DE ARAUJO		
LUDMILLY LUIZ ROBERTO SANTOS		

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471

CONVOCADOS PARA PROVA SUBJETIVA EM MACEIÓ

NOME	Portador de Necessidades Especiais	Declarou pertencer a Minoria Étnico Racial
MARCOS ESPINDULA DA SILVA		Candidatos negros
MARIA BETANIA MOTA PIMENTEL		
MARIA CAROLINA NOGUEIRA FRANCO		
MARIA EDUARDA FERREIRA DA SILVA		
MARIA EMÍLIA SILVA BEZERRA BARBOSA		
MARIA FERNANDA TEIXEIRA CASSELLA		
MARIA GABRIELA GOMES CELESTINO		Candidatos negros
MARIA LARISSA OLIVEIRA MACIEL		
MARIA MADALENA MENEZES DOS SANTOS		
MARIA VITÓRIA SANTOS DA SILVA		
MARINA BORBA BATINGA DA ROCHA		
MARINA DE MEDEIROS AGRA		
MARINA FERNANDES VANDERLEI DE AZEVEDO		
MARYANNA ALVES OLIVEIRA		
MATHEUS SOUSA MELLO		
MIKAELY BATISTA DOS SANTOS		
MILLENA LÔBO DOS SANTOS		Candidatos negros
NATÁLIA FERREIRA DE BARROS		Candidatos negros
PEDRO ALBINO DE SOUZA		
PEDRO GOMES NUNES MARQUES		
RAIRA FERRO VALENÇA DE BRITO LYRA		
REBECA JOYCE SILVA LIMA		
REBECA KAMILLE FREIRE DA SILVA		
RENAN SANTOS DE OLIVEIRA FREITAS LISBOA		
RITA DE CASSIA CERQUEIRA FONSECA		
ROBSON DE OLIVEIRA MATIAS		
ROSA LARYSSA FERRO DE LIMA		
ROSALVO FRANCINO FERREIRA JÚNIOR		
RYAN LUCAS LUNA CAVALCANTE		
SABRINNA MARTINS DELGADO		
SARAH GABRIELA VIEIRA QUINTELA CAVALCANTE		
STEFANY GOMES SILVA		
TAWANE MARYANA PARANHOS CARDOSO NUNES		Candidatos negros
THIAGO GUSMÃO DIAS		
TIAGO GONÇALVES FERREIRA		
TIAGO TERTO DOS SANTOS		
WILLAMES NUNES DA SILVA		
YASMIN DOS SANTOS SOBRAL		Candidatos negros
TOTAL DE CANDIDATOS HABILITADOS		94

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471

CONVOCADOS PARA PROVA SUBJETIVA EM ARAPIRACA

NOME	Portador de Necessidades Especiais	Declarou pertencer a Minoria Étnico Racial
AKLYSON RODRIGUES DA COSTA		
ALISON FERREIRA NUNES		
CAIO SILVA CHAGAS		
CLAUDSON COSTA SILVA		
COSME DAMIÃO SANTOS SILVA		Candidatos negros
DAMIÃO LEITE DA SILVA JÚNIOR		
DEIVID DE ANDRADE DOS SANTOS		
EDUARDO MEDEIROS CAMPOS		
ETELVINA TAIANE SILVA		
FATIMA SAMARA DE FRAGA NASCIMENTO		
FRANCISCO PEREIRA LIMA BISNETO		
GLENDA MONIQUE FERREIRA SOARES		
GUSTAVO OLIVEIRA AMARAL		
HEMILLY CAROLAY SANTOS DE FRANÇA		
ISAAC EMANOEL DE FRANCA LIMA		
ISABELLA DOS SANTOS BENJOINO		
ISABELLE PORTO DE LIRA GOMES		
ISAIAS DE OLIVEIRA CALU		
JACKSON AFONSO DA SILVA		
JOÃO VICTOR FERNANDES DE SOUZA BARROS		
JOÃO VÍCTOR GOMES DOS SANTOS		
JÚLIA ALMEIDA OLIVEIRA		
JULLYANA PAULINO MOURA DA SILVA		
KAROLAYNE ISABELA SILVA LIRA		
LARYSSA MAYANNY DA SILVA MEDEIROS		Candidatos negros
LORENA ALENCAR ARAÚJO		
LUCIANO SANTANA XAVIER FILHO		
MARIA APARECIDA PEREIRA DE MORAIS		
MARIA SABRINA DE CARVALHO SANTOS		
NATALY MEDEIROS DE SOUZA		
PEDRO HENRIQUE SOARES DE SOUSA		
RAFAEL ALEXANDRE SANTANA		
RAYLANE PLADIAN DOS SANTOS		
RAYRA SANTOS SILVA		
RHAYRA EVELLYN NUNES DE MELO		
SAMARA FERREIRA BATISTA		
STEPHANY KAYLLANE RODRIGUES ALVES		
THIAGO PABLO ALVES DA SILVA		
WANDESSA LARA TORRES ARAUJO		Candidatos negros
WILSON RICARDO DA SILVA		

TOTAL DE CANDIDATOS HABILITADOS 40

Assinado com login e senha por ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, em 07/05/2024 18:25. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2a636613.f7e1ee5b.dc84c8cb.d6bd3471